

VIRTUDES FINGIDAS, ENGANOS PROVEITOSOS: O VALOR DAS REDESCRIÇÕES MORAIS NA RETÓRICA POLÍTICA MODERNA

MARCOS ANTÔNIO LOPES
Universidade Estadual de Londrina

ADRIANA PEREIRA CAMPOS
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

Neste artigo discute-se o tema da fluidificação dos conceitos no pensamento político de Maquiavel. O propósito é demonstrar que o realismo político do autor de *O Príncipe* dependia estreitamente da realização de algumas transposições na escala tradicional dos vícios e das virtudes políticas presentes na literatura espelhos de príncipes, literatura que, no contexto intelectual de Maquiavel, ainda era referência importante pois persistia estabelecendo as normas de comportamento dos governantes cristãos. Contra as re descrições morais propostas por Maquiavel, apresentam-se aspectos da crítica dirigida a elas por alguns moralistas que reagiram asperamente às suas estratégias retóricas, crítica que culminou com o pensamento de Thomas Hobbes nos meados do século XVII.

PALAVRAS-CHAVE: moral e virtude; bem e mal; arte retórica; pensamento político; História das Ideias.

ABSTRACT

In this article we discuss the topic of fluidity the concepts in the political thought of Machiavelli. The purpose is to demonstrate that the political realism of the author of "The Prince" was closely associated to the performance of some transpositions in the traditional scale of the political vices and virtues present in the literature mirrors for princes. This literature in the Machiavelli's intellectual environment was still important reference since persisted establishing norms of behavior to Christian's rulers. Against the moral re descriptions asserted by Machiavelli, we underline aspects of criticism directed to them by some moralists who reacted fiercely against their rhetorical strategies. I stress that these critical objections culminated in the thought of Thomas Hobbes in the middle of the 17th Century.

KEYWORDS: moral and virtue; good and evil; rhetorical art; political thought; History of Ideas.

Isto porque, se se refletir bem será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.

MAQUIAVEL (*O Príncipe*)

(...) o mesmo homem, em momentos diferentes, diverge de si mesmo, às vezes louvando, isto é, chamando bom, àquilo mesmo que outras vezes despreza e que chama mau.

THOMAS HOBBS (*Leviatã*)

Com sua visão terrestre e realista da política, convertendo-a numa categoria à parte de princípios morais, Maquiavel desferiu alguns golpes bem rudes no ideal da realeza cristocêntrica e hereditária, legado transmitido pelas tradições da Idade Média à cultura da Época Moderna. Contudo, ele não conseguiu esvaziar a política de seu conteúdo teológico-religioso, herança transmitida do pensamento medieval aos sistemas filosóficos da Época Moderna. A prova disso está no fato de a teoria do direito divino dos reis ter se desenvolvido e se consolidado como base doutrinal de Estados monárquicos europeus — particularmente a Inglaterra dos Stuarts e a França dos Bourbons — muito tempo depois de ele ter escrito seus livros dessacralizantes. Mas, apesar de jactar-se de ter descoberto um novo continente moral, à maneira da consagrada tópica “trago coisas novas”, é sabido que o autor não negou o valor dos princípios éticos. Apenas os dissociou da política, liberando o príncipe para executar algumas manobras que seriam inconcebíveis se ele tivesse de se pautar por qualquer espécie de freio moral. Ao declarar o príncipe livre de toda restrição legal e moral, apregoando um novo catecismo de realismo político, Maquiavel podia justificar que a força era de fato a essência da justificação do poder. Isso é como afirmar que ao príncipe é lícito tudo aquilo que não o é ao homem comum. Assim sendo,

Maquiavel argumenta que a moralidade cristã, por mais útil que seja como instrumento de disciplina para os indivíduos em termos privados, é simplesmente incompatível com a política como atividade prática. (...) Por isso, as virtudes cristãs são

inteiramente inadequadas para qualquer um que se devota à vida política, seja ele príncipe ou cidadão.¹

Tal argumento pode significar que, no pensamento político de Maquiavel, há dois mundos, o das relações privadas e o da organização pública. Há igualmente dois códigos éticos, ambos fundamentais na vida em comum.²

Essas manobras radicais empreendidas por Maquiavel no campo do pensamento político geraram implicações inovadoras e representaram uma ousada fluidificação de conceitos, um curioso embaralhamento das chamadas virtudes cardeais que regiam a ação ou o comportamento dos príncipes. Como ele afirmou, numa passagem dos *Discursos*, o mal está tão entrelaçado ao bem que freqüentemente se chega a um achando que se atingiu ao outro. Desse modo, Maquiavel diversificou o quadro das ditas virtudes dos antigos e, para ele, defasados “espelhos de príncipes”:³ o que era um vício deplorável do príncipe cristão poderia não sê-lo mais, sob novas circunstâncias, e até pelo contrário, segundo sua concepção de realismo político. Esse maquiavelismo parece ter feito eco em outras gerações e culturas. O escritor francês La Bruyère, por exemplo, na segunda metade do século XVII, considerava que “não há vício que não tenha alguma semelhança com qualquer virtude e que dela não se aproveite”.⁴ O mesmo foi afirmado nas máximas de La Rochefoucauld,⁵ no testamento político de Richelieu,⁶ nas reflexões de Mazarino,⁷ nas memórias de Luís XIV⁸ e, com rigor superlativo e em tom de crítica desabonadora, nos textos políticos de Hobbes.⁹

Analisando certo livrinho muito perspicaz de autoria de um célebre historiador de Florença,¹⁰ Quentin Skinner explica as referidas fluidificações

1 CHRISHOLM, Robert. A ética feroz de Maquiavel. In Célia QUIRINO et alii. (Org.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998, p. 57.

2 Cf. BERLIN, Isaiah. La originalidad de Maquiavelo. In ——. *Contra la corriente*. Ensayos sobre historia de las ideas. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 120.

3 Espelhos de príncipes ou *miroir des princes* foi um gênero de literatura política que remontava, ao menos, ao século XII da era cristã, apesar de sua fontes deitarem raízes mais profundas no tempo. Nesses textos, autores medievais apregoavam as virtudes que um governante deveria amearhar como patrimônio de sua personalidade, ao mesmo tempo em que apresentavam os vícios a ser dela varridos. O príncipe cristão aproximar-se-ia da perfeição ao mirar-se no catálogo de valores éticos propostos pelos moralistas.

4 LA BRUYÈRE, Jean de. *Les caractères ou les mœurs de ce siècle*. Paris: Hachette, 1890, p. 119.

5 Cf. LA ROCHEFOUCAULD. *Máximas e reflexões*. Rio de Janeiro, Imago, 1994.

6 Cf. RICHELIEU. Testament politique. In: Roger GAUCHERON. (Org.). *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*. Paris: Plon, 1933.

7 Cf. MAZARINO. *Breviário dos políticos*. Brasília: Alhambra, s/d.

8 Cf. LOUIS XIV. *Mémoires*. Paris: LCL, 1960.

9 Cf. HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

10 Acerca de Maquiavel como historiador ver as seguintes análises: BIGNOTTO, Newton. Natureza humana e história. In BIGNOTTO, n.. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991; RIDOLFI, Roberto. Nicolau Maquiavel, historiador. In RIDOLFI. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Musa Editora, 2003; SKINNER, Quentin. O historiador de Florença. In SKINNER. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010; e ROMERO, José Luís. *Maquiavelo historiador*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943. Para uma abordagem mais generalizante sobre a história política no tempo de Maquiavel,

promovidas no terreno escorregadio das palavras, o que permitiu expressar novas acepções conceituais e vinculá-las a novos conteúdos da ação política, que as realidades emergentes passaram a requerer na Europa dos inícios do século XVI. Com efeito, certas acomodações minimizadoras dos sentidos de algumas palavras-chave do vocabulário normativo do *Cinquecento* encontradas em *O Príncipe* enquadravam-se nas técnicas retóricas formuladas por autores do mundo antigo, como os modelares Cícero e Quintiliano. Para tais escritores, assim como para Maquiavel, o conceito de retórica incluía algumas significativas flutuações de sentido das palavras. Para os propósitos deste ensaio, podemos aceitar a seguinte explicação acerca da *ars rhetorica*: "Retórica quer dizer 'arte de falar'; designa, pois, segundo sua significação fundamental, o método de construir o discurso artisticamente. Desse germe desenvolve-se, com o correr dos tempos, uma ciência, uma arte, um ideal de vida e até uma coluna básica da cultura antiga. De formas diversas, durante nove séculos, a retórica venceu a vida espiritual dos gregos e romanos. Sua origem ressalta aos olhos. Lugar: Ática; tempo: depois das guerras persas".¹¹ Como veremos, a retórica continuou "vencendo a vida espiritual" dos povos.¹² Aliás, vinca até hoje, seja no entusiasmo dos palanques políticos, no vigor dos debates forenses e, até mesmo, na criatividade das salas de aula.

O método das soluções acomodatórias de sentidos presente na *ars rhetorica* consistia em operar o discurso por meio de "redescritções morais" (também definidas como "redescritções paradiastólicas"), o que significava que a arte do escritor político, da mesma forma que a dos oradores, poderia consistir em "adoçar" as palavras ao dirigir-se a seu público-alvo, abrandamento que as tornaria agradáveis aos observadores das ações dos governantes, quando vistas por um ângulo um pouco mais favorável do que aquele tido como o tradicional. Assim sendo, como ponto culminante do processo discursivo, a técnica da redescritção paradiastólica investia na complexa tarefa de tornar honroso e louvável o que, à primeira vista, não passava de algo deplorável e vil, conforme consagração prévia dos costumes e do senso comum. Com o fito de atrair a opinião pública favoravelmente a uma determinada causa julgada de antemão de difícil defesa, a ideia era maquiavar certos truques de esperteza na modelagem dos sentidos das palavras, numa atitude de provocar deliberada confusão entre as noções de bem e de mal, para demonstrar com clareza solar que algumas ações aparentemente malévolas poderiam carregar escondido algo muito positivo; tais ações, antes vistas como vícios, devidamente "amaciadas" pela *ars rhetorica*, revelar-se-iam altamente compensatórias, mormente quando

com Maquiavel incluído, ver FUETER, Eduard. La nueva historiografía política de Florencia a comienzos del siglo XVI. In FUETER. *Historia de la historiografía moderna*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953. Vol. 02; e COLLINGWOOD, Robin George. Os historiadores do Renascimento. In COLLINGWOOD. *A idéia de história*. Lisboa: Presença, 1981.

11 CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996, p. 101.

12 A presença da *ars rhetorica* no Brasil colonial, por exemplo, com as tópicas características do gênero panegírico é objeto de um interessante estudo de PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In SCHWARTZ, S. PÉCORA, A. (Org.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

o bem público estivesse em jogo. E havia a crença dominante, que vinha dos tempos antigos, de que um orador excelente não poderia ser coisa distinta de um bom cidadão. Da mesma forma, os escritores políticos. Assim sendo, as excelências de sua arte retórica seriam sempre instrumentalizadas para a promoção do bem viver. Mas, se na Europa dos inícios da Época Moderna tal crença prevaleceu, nada autoriza a crer em uma unanimidade. De fato, há registros contrários à concepção de que o bom orador e o bom cidadão habitavam um só corpo. Com Robert Burton, autor do célebre *A anatomia da melancolia* (1621), vemos o que poderiam pensar, acerca da matéria, ingleses coetâneos de Hobbes, pela altura dos inícios dos Seiscentos. Ainda que descontados todos os efeitos de sátira almejados pelo bibliotecário da Universidade de Oxford, sua opinião não deixa de expressar uma compreensão média das classes letradas do tempo. A passagem de Burton é cheia de espírito, e por isso mesmo merece citação integral:

por melhor que seja, um bom orador é um vira-casaca, maléfico, *bonus orator pessimus vir* (um bom orador é um péssimo homem), sua língua está a venda, ele é uma mera voz, como se disse do rouxinol, *dat sine mente sonum* (faz sons sem dar sentido), um mentiroso hiperbólico, um bajulador, um parasita, e, como afirma Amiano Marcelino, um trapaceiro corrupto, que faz mais mal com seus belos discursos que aquele que suborna com dinheiro, pois alguém pode se esquivar com mais facilidade daquele que o cerca com dinheiro que daquele que engana com termos lisonjeiros; foi isso que fez Sócrates desprezá-los.¹³

Desse modo, nenhum problema com a profusão de metáforas bem arrançadas, nem mesmo com a presença de outras figuras de linguagem, todas elas voltadas para ornamentar uma intervenção discursiva destinada a produzir efeitos públicos. Afinal, do discurso político esperava-se a produção de cenas eloqüentes na imaginação do público-alvo, como se ele próprio estivesse diante do quadro apresentado pelo escritor. Como disse Quintiliano acerca da capacidade verbal de Cícero, ao bom orador cabe “pintar com palavras”.¹⁴ A

13 BURTON, Robert. *A anatomia da melancolia*. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 185. Trata-se da primeira tradução do famoso livro de Burton para a língua portuguesa, programada pela edição brasileira para sair em quatro volumes. Aqui utilizamos o primeiro deles, único por ora disponível em nosso mercado editorial.

14 Acerca das regras da eloquência dos autores antigos, e de sua recepção pela cultura do Renascimento, ver SKINNER, Q. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. Ver também: BURKE, Peter. A arte da conversação no início da Europa moderna. In BURKE. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora Unesp, 1995; FINLEY, Moses. A herança de Sócrates. In FINLEY. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989; ROSSI, Paolo. Linguagem e comunicação: invenção das artes e invenção dos argumentos. In ROSSI. *Francis Bacon*. Da magia à ciência. Curitiba/Londrina: Editora UFPR/Eduel, 2006; KRISTELLER, Paul Oscar. La filosofía y la retórica de la Antigüedad al Renacimiento. In KRISTELLER. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

propósito do virtuosismo da oratória ciceroniana, no século XVIII David Hume ofereceu uma avaliação, digamos assim, “ligeiramente” laudatória:

Algun homem pretende ter mais determinação que Júlio César? E, no entanto esse grande conquistador, como sabemos, ficou a tal ponto encantado pelo fascínio da eloquência de Cícero que, de certo modo, viu-se forçado a modificar uma decisão já tomada, absolvendo um criminoso que, antes que aquele orador discursasse, estava determinado a condenar.¹⁵

E quando a arte da eloquência consegue conciliar razão e desejo (interesse) dos indivíduos, aí então ela passa a desempenhar o papel que a artilharia pesada representa numa batalha, segundo o exemplo dado pelo autor francês La Mothe Le Vayer em seu livro *La rhétorique du Prince*. Esse texto foi concebido por Le Vayer como uma série de cartilhas *ad usum delphini*, preparadas ao longo dos anos 1650 para a instrução do jovem Luís XIV. Agindo ao mesmo tempo sobre a razão e o interesse, a arte da eloquência funcionaria como o ferro e o fogo que cospem os canhões; e a sua torrente de força implacável produziria então efeitos decisivos numa assembleia. No século XVIII, David Hume dizia que, cumprindo o seu papel, os oradores “... lançavam sobre os ouvintes uma tal carga de sublime e de patético que não deixavam que seus ouvintes tivessem a chance de perceber o artifício com que eram enganados. Ou melhor, se considerarmos as coisas corretamente”, prossegue Hume, “eles não eram enganados por artifício algum. O orador, pela força de seu gênio e eloquência, era o primeiro a deixar-se inflamar pela raiva, pela indignação, pela piedade e pela tristeza; e só então transmitia esses movimentos impetuosos à sua audiência”.¹⁶ Muito provavelmente, circunstâncias como as descritas por Hume, conforme explica Quentin Skinner, teriam sido o motivo que fez Thomas Hobbes alterar decisivamente a natureza de sua forma argumentativa. Dos textos marcados pela influência da razão científica do século XVII, como *Elementos de lei natural e política* e *Sobre o cidadão* — que seus contemporâneos de médio conhecimento não tinham condições de compreender, e que os de alta cultura não tiveram disposição para aceitar —, Hobbes desviou-se pelo “recuo” tático de uma ampla utilização da retórica renascentista no *Leviatã* (concebido e redigido no exílio na França desde 1646, e publicado na Inglaterra em 1651), estratégia que havia negado conscientemente em seus dois livros anteriores dos inícios dos anos 1640. Tingido com as tonalidades fortes da arte da retórica, arte esta que aprendera a dominar com muito talento em seus anos de formação, já que o ensino da retórica compunha os *curricula* tradicionais das escolas inglesas no século XVI, a inserção dos *ornatus* típicos nessa forma de expressão tornava seu texto bem mais familiar aos interlocutores não eruditos de seu tempo. O referido recuo tático de Hobbes faz muito sentido, como bem demonstra o historiador francês

15 HUME, David. Da eloquência. In HUME. *Ensaaios morais, políticos & literários*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. p. 216.

16 HUME, David. Da eloquência, *op. cit.*, p. 216

Paul Hazard. Ao longo do século XVII, todos os que se ocupavam das belas letras, refletiu Hazard, queriam ombrear-se com a glória literária de Tito Lívio e, para tanto, elaboravam longos discursos ornamentados, nos quais a escrita aparatosa era o que mais importava. Preocupados com a causa estilística, sucedia comumente aos escritores seiscentistas atribuírem as sentenças mais sofisticadas aos personagens mais ignorantes da história, apenas pelo gosto de construir frases bem arranjadas.¹⁷ A análise de Ernst Robert Curtius complementa essa informação de Hazard ao lembrar que o *ornatus* teve vida longa na literatura européia. Esse artifício alcançou o Século das Luzes e foi, ainda nessa notória idade de escritores modelares como Voltaire, a grande aspiração de quem escrevia.¹⁸

Apesar da presença de recursos considerados largamente ímpios no *Leviatã*, a partir da incorporação das consagradas técnicas renascentistas da *ars rhetorica*, em apoio às teses dessacralizadoras da política, Hobbes sentiu então que podia comunicar sua mensagem com maior grau de eficácia, no que estava certo. Naturalmente que, entre fazer-se entender melhor e levar as pessoas a admitir sua concordância com os pressupostos defendidos, há sempre alguma distância. Nesse ponto, o autor alcançou triunfo irrisório, apesar de suas altas expectativas de que o novo livro seria, por assim dizer, uma revelação portentosa até mesmo para a mais insignificante capacidade intelectual, porque vazado em linguagem reconhecida por pessoas comuns. Talvez neste ponto valha a citação direta de Quentin Skinner quanto às razões de ter Hobbes alterado tão radicalmente suas concepções acerca das relações entre a ciência e a eloquência. No texto de conclusão de seu *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* o historiador inglês afirma que

a concepção hobbesiana da ciência civil exposta nos Elementos de lei natural e política e em Sobre o cidadão baseia-se na convicção de que o raciocínio científico detém um poder intrínseco de nos persuadir das verdades que descobre. Em contraste, o *Leviatã* declara que as ciências têm um poder reduzido e retorna ao pressuposto tipicamente humanista de que, para conseguirmos lograr êxito em convencer os outros a aceitarem nossos argumentos, temos de complementar as descobertas da razão com a força mobilizadora da eloquência.¹⁹

Hobbes estava explorando conscientemente alguns limites mais extremos da filosofia política de seu tempo. Numa dada altura do processo de composição de seu texto, notou que seu êxito persuasivo dependia do emprego de uma linguagem adequada à mediania, uma prosa que “traduzisse” o seu pensamento para o grosso de seus leitores contemporâneos. A arquitetura ornamental do *Leviatã* aplainaria então os ângulos salientes dos dois livros anteriores; suavizadas as arestas impostas pela nova linguagem presente em

17 Cf. HAZARD, Paul. *Crise da consciência européia*. Lisboa: Cosmos, 1974.

18 Cf. CURTIUS, Ernst Robert. *Op. Cit.* p., 110.

19 SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. *Op.Cit.*,p. 569.

Elementos de lei natural e política e em *Sobre o cidadão*, o esforço dos interessados em tomar contato com a obra seria bem menor. Mas, apesar de ceder às técnicas da ornamentação, Hobbes reagiu contrariamente às redescritções morais que faziam as delícias de todos os “sicofantas literários”.²⁰

Nesta altura, é preciso dizer que o apoio de autoridades do calibre de um Cícero e de um Quintiliano contribuiu também para erguer uma onda de oposição e repressão originária das redescritções morais como as realizadas por Maquiavel, haja vista que, ao longo da Época Moderna, a perspectiva de que a retórica nem sempre estaria ao lado da realização do bem público evidenciou-se vivamente. O movimento crítico às ditas redescritções paradiastólicas fez-se sentir de imediato, a partir da circulação de *O Príncipe*, e não foram poucas as reações renascentistas contrárias à arte de tingir o vício de virtude, por meio de vocábulos de coloração atraente (*ornatus*). A literatura política do século XVI está repleta de exemplos de pensadores que abominaram a utilização dos atavios de linguagem para minimizar os defeitos do vício na produção de sentidos do discurso político, ao atribuir-lhe uma aparência agradável no terreno das ações. A lição central a ser extraída das críticas restritivas ao discurso paradiastólico por parte dos escritores políticos modernos era da seguinte ordem: não se deve utilizar ramos perfumados para encobrir a fragrância que exala de valores morais decompostos, e qualquer defesa realizada nesse sentido é imoral e, portanto, inaceitável.

Como nos inícios da Época Moderna o campo das controvérsias políticas povoara-se de interlocutores de distintas tendências, havia a possibilidade de se ouvir objeções moralizadoras às redescritções paradiastólicas dirigidas tanto por católicos como por protestantes, em suas distintas linhagens. Ora, até mesmo para os entusiastas das redescritções morais, a técnica de tonificar um peixe já sob o inegável impacto da ação corrosiva do tempo, nele descarregando especiarias, decerto que era mesmo algo percebido como dura tarefa. Mas difícil não quer dizer impossível, e a tarefa de aprontar um salmão perfumado poderia ser levada a cabo com êxito colocando-se certos talentos em movimento. Alguns escritores políticos modernos mais empenhados na arte da fluidificação deram exemplos copiosos de tal arte e, nesse terreno, Maquiavel esteve bem acompanhado. Desse modo, os então considerados falsos predicados, bem como os conhecidos logros vantajosos, encontraram abrigo confortável no discurso engenhoso de um conjunto respeitável de escritores políticos do Renascimento, e mesmo ao longo do século XVII.²¹

Como já referido, disparos de diversos calibres foram desferidos contra o discurso paradiastólico maquiaveliano em toda a Europa, e vinham de origens diversas, se consideradas as filiações éticas de seus autores. No ano de 1576, e para exemplo das reações contrárias às maquinações maquiavelianas, circulou

20 Expressão utilizada pelo historiador norte-americano Stuart Schwartz para caracterizar a atitude de escritores interessados em atrair benesses dos poderosos no Brasil colonial. Aqui julgamos que a expressão cabe bem. Cf. SCHWARTZ, Stuart. Introdução. In SCHWARTZ, S.; PÉCORA Alcir. (Org.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 40.

21 Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 269.

na França uma obra que ficou bem conhecida como escudo antimachiavelista.²² Com efeito, o livro intitulado *Discours sur les moyens de bien gouverner*, de autoria do huguenote Innocent Gentillet, assumia uma defesa aguerrida dos valores cristãos na política.²³ A partir de oposições como a do escritor protestante Gentillet, Maquiavel ficou também conhecido como *le docteur de la scélératesse*, dentre tantos outros epítetos tão ou menos "lisonjeiros" acumulados em sua vasta tradição interpretativa, como o de "sócio do diabo em maldades", este conferido pelos jesuítas. O protesto de Gentillet representa apenas um caso emblemático dentre as numerosas reações às impiedades do historiador de Florença.

De fato, muitos moralistas do Renascimento, bem como diversos escritores políticos do século XVII, armaram suas defesas mobilizando igualmente autoridades antigas, do mesmo modo que havia feito Maquiavel. Lembravam-se muito a propósito que autores clássicos já haviam conceituado as redescritões morais como uma técnica insidiosa e corruptora dos costumes. Aristófanes, em *As nuvens*, definira a experiência democrática em Atenas, berço esplêndido dos oradores, como a "tirania da persuasão" e, na *História da Guerra do Peloponeso*, em suas críticas também fortes à democracia ateniense, Tucídides enquadrara-as em sentido muito negativo, como a "glorificação da perspicácia" objetivando promover o "prazer da orelha", pois um dos propósitos da *ars rhetorica* era exatamente dar maior vigor a uma argumentação débil e, portanto, carente de uma injeção de ânimo.²⁴ Ambas as atitudes classificavam as redescritões morais como a detestável arte praticada por demagogos vaidosos, imitadores de "mestres ambulantes da sabedoria"²⁵ (como por exemplo o notório Górgias, o siciliano, presente em Atenas nos fins do século V a.C.), que nas assembleias democráticas esbanjavam talento em trovejar discursos eletrizantes, com conseqüências frequentemente devastadoras para a *polis*.²⁶

Na tentativa de construção de sua nova ciência civil, que consiste fundamentalmente na descoberta da justiça que conduz à paz num Estado soberano, Thomas Hobbes demonstrou toda a sua aversão ao discurso paradiastólico, forma bem pouco merecedora da estima dos homens de bem, uma vez que tal prática discursiva serve-se das fraquezas humanas para engendrar fins longe de recomendáveis. Com efeito, em seu livro *Do cidadão*, o

22 Acerca da presença do antimachiavelismo como traço marcante na obra de escritores políticos franceses do século XVII ver: LOPES, Marcos Antônio. *O político na modernidade: moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

23 Cf. LAPEYRE, Henry. Maquiavelo. In LAPEYRE. *Las monarquías europeas del siglo XVI*. Barcelona: Labor, 1969.

24 Cf. HARTOG, François. Tucídides. In BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 758.

25A expressão é empregada por CURTIUS, Ernst Robert. *Op.Cit.*

26 Acerca do vituozismo dos antigos nessa arte ver as reflexões de HUME, David. Da eloqüência. *op. cit.*, p. 207 e seguintes. Mesmo reconhecendo a qualificação incomparável de oradores como Demóstenes e Cícero, Hume retratou a eloqüência como uma arte infinita, para além "do que as forças humanas podiam atingir". O filósofo escocês lamentava-se da perda da habilidade oratória por parte dos prosadores de seu próprio tempo, que dominavam apenas os rudimentos da *ars rhetorica* dos antigos.

filósofo político Seiscentista permite-nos avaliar a questão das flutuações casuísticas predominantes na *ars rhetorica* por um ponto de vista muito revelador dos críticos mais ácidos daquele método. “Pois, sempre que a boa ação de um desagradar a outro”, acentua Hobbes, “ela receberá o nome de algum vício a ela próximo; e da mesma forma as más ações que agradem a alguma pessoa sempre serão chamadas de alguma virtude. Disso decorre que a mesma ação é elogiada por estes, e dita virtude, e menosprezada por aqueles, que a dizem ser um vício”.²⁷

Segundo a avaliação de Hobbes, a noção do bem e do mal, do justo e do injusto etc., seria definida exclusivamente pelo critério do poder soberano, evitando-se assim as sempre deletérias intervenções da subjetividade dos indivíduos que, quando isolados, são como brasas inofensivas; mas, quando juntos, aquecem-se mutuamente e, energizados pela proximidade, passam a agir como átomos turbulentos e descontrolados. Atiçadas por um discurso inflamante, afirma Hobbes, as brasas até então isoladas e inofensivas facilmente provocam incêndios, alguns deles com potencial de devastação. A Guerra Civil inglesa dos tempos do autor era um desses exemplos notórios de brasas aquecidas para a liberação das forças do mal. Para ele, então, e em franco contraste com a narrativa redescritiva, o príncipe e o tirano podiam muito bem ser a mesma pessoa já que o propósito de suas decisões não variaria: de forma invariável, suas ações objetivam o bem-comum, sempre, mesmo que a alguns tais decisões pareçam desagradáveis. Daí ele propor que não se deixe margem ao juízo das vontades particulares quando se trata de avaliar a qualidade e o alcance das leis civis. Construir uma nova sabedoria política, isto é, uma ciência civil de real proveito implicava superar as artimanhas do discurso redescritivo e, mormente, anular a eficácia de técnicas como a *amplificatio*, que consistia exatamente em fazer com que o mal parecesse um grande bem, e vice-versa. Ora, as palavras são verdadeiras ratoeiras, prontas para embaraçar os desatentos, confundir os indecisos, abrindo o caminho da discórdia. “Portanto”, alerta ainda o filósofo inglês,

ao raciocinar, o homem tem de tomar cautela com as palavras, que, além da significação daquilo que imaginamos, também possuem uma significação da natureza, disposição, e interesse do locutor. Assim são os nomes de virtudes e vícios, pois um homem chama sabedoria àquilo que outro homem chama temor, crueldade o que para outro é justiça, prodigalidade o que para outro é magnanimidade, gravidade o que para outro é estupidez, etc. E, portanto, tais nomes nunca podem ser verdadeiras bases de qualquer raciocínio.²⁸

Contrariamente a Hobbes, cuja pretensão no plano da retórica política foi a de estabelecer tanto quanto possível uma univocidade dos conceitos,

27 HOBBS, Thomas. *Do cidadão, op. cit.*, p. 73.

28 HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 26. (Coleção *Os pensadores*).

Maquiavel trafegou livremente no terreno das redescições morais. E o que resta como ponto pacífico do realismo maquiaveliano é que o estabelecimento do critério justo ou adequado da ação política dependerá do grau de eficácia alcançado pelo soberano em suas investidas. A crueldade, por exemplo — vício abominável quando julgado pelo prisma da tradição política cristã — pode tornar-se uma elevada virtude, se for empregada segundo o oportuno princípio da “economia da violência”, uma ciência da utilização controlada e eficaz da força, voltada para torná-la uma potência criadora. Tal lógica, quando aplicada de forma apropriada às condições, assemelha-se a um tratamento de choque, breve mas severo, destinado a fundar ou a restaurar a unidade do Estado.²⁹ Segundo a análise metaforizante de John Gunnell, a arte do príncipe é um impulso semelhante ao esforço de um escultor no trato de suas matérias-primas. Ao impor uma nova aparência à rocha bruta em que trabalha, revelando-a aos observadores sob uma forma diferente daquela que lhe era natural, o ato criativo do escultor exprime-se mediante golpes à pedra.³⁰ Assim sendo, pratica a violência como criação de uma ordem. No nível da política, Maquiavel recomenda ao “escultor” atitudes que se assemelhem à tradicional política romana, o que significa que adversários que representem riscos merecem atenção especial, “... de maneira que nunca, em tempo algum, pudessem incomodar”.³¹ Esse é um texto burocrático de embaixada, datado de 1502, o que parece revelar que, no plano das fontes do realismo político maquiaveliano, algumas noções centrais já estavam consolidadas muito tempo antes de o autor se dedicar à composição de seus textos políticos clássicos. É o que se pode apreender também acerca de sua noção da política como “categoria autônoma”, a partir da leitura de outra de suas composições de embaixada, na qual narra os passos do *belissimo inganno* — expressão que devemos retratar como a “chacina de Sinigaglia” —, composição igualmente redigida em 1502.³² No plano das táticas de um terror sangrento, ou da lógica da economia da violência, Maquiavel tencionou argumentar que, em muitos casos, a clemência só faz aumentar o atrevimento do inimigo. Assim sendo, é dado ao governante mostrar-se tolerante ou magnânimo apenas se dessas virtudes não derivar ensejo para a desordem.

Dessa forma, seria necessário, e mesmo imprescindível, que o efeito gerado por uma ação cruel fosse favorável a uma determinada intenção construtiva. Se o resultado fosse capaz de gerar efeitos palpavelmente bons para a vida pública, não haveria escrúpulos quanto a mãos manchadas de sangue. Isso é o mesmo que afirmar, com Raymond Aron — em suas análises críticas acerca do silêncio ou da complacência dos intelectuais de esquerda diante dos crimes do stalinismo —, que o resultado sublime justifica os

29 Cf. WOLIN, Sheldon. *Política y perspectiva*. Continuidad y cambio em el pensamiento político occidental. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973, p. 239.

30 GUNNEL, John. *Teoria política*. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 110.

31 MAQUIAVEL. “Do modo de tratar os povos rebelados do vale do Chiana”. In MAQUIAVEL. *Escritos Políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 130. (Coleção *Os pensadores*).

32 Cf. MAQUIAVEL. Descrição do modo de que se serviu o Duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini. In MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 149ss.

expedientes odiosos.³³ Então, o que é a crueldade, segundo o “alisamento” moral dos vícios proposto por Maquiavel em suas engenhosas fluidificações conceituais? Pode ser o emprego calculado dos ditos instrumentos extraordinários como fonte de inspiração à fidelidade a uma bandeira desfraldada pelo soberano. Mas, desde que seus desdobramentos fossem reconhecidamente positivos e potencialmente duradouros, de preferência como os exemplos legados pela longeva experiência republicana na história da Roma antiga, sonho de consumo de Maquiavel no plano das teorias das formas de governo marcadas por um certo padrão de excelência.³⁴ Isso porque não seria um sucesso simples que justificaria a utilização dos tais meios extraordinários. Um êxito efêmero seria pouco mais que nada. Mas um feito gerador de uma herança permanente mudaria tudo de figura. Portanto, a sublimidade dos fins é o resultado compensador de todo choro e ranger de dentes.

As redescritções morais maquiavelianas foram capazes de enunciar aquilo que certos políticos já haviam percebido: as relações entre os homens e, sobretudo, entre os Estados, não podem ser reguladas segundo preceitos religiosos e normas evangélicas. Como avaliou o professor Isaiah Berlin, Maquiavel não se recusava a reconhecer a santidade dos santos. Apenas constatou que as suas virtudes peregrinas não bastavam para sustentar a ordem requerida a um corpo político.³⁵ Quanto a esse argumento, talvez sejam pertinentes, e até complementares nessa discussão, as observações de David Hume acerca de um, por assim dizer, “duplo” Maquiavel. Diz o filósofo escocês que

o próprio Maquiavel demonstra um autêntico sentimento de virtude em sua história de Florença. Quando ele fala como um Político, em seus raciocínios gerais, ele considera o envenenamento, o assassinato e o perjúrio como meios lícitos do exercício do poder; mas, quando fala como um Historiador, em suas narrativas particulares, ele demonstra uma indignação tão intensa contra o vício e uma aprovação tão vigorosa da virtude, em muitas passagens, que eu não hesitaria em aplicar a ele aquela observação de Horácio: Que, se você perturba a natureza, ainda que com grande indignação, ela sempre se voltará contra você.³⁶

Como observador das coisas do mundo da política moderna, terreno árido no qual potências armadas desfilavam seus interesses diversificados, não foi difícil notar que os inevitáveis entrechoques entre os Estados tendiam a ser cada vez mais frequentes, com reforço crescente no teor da violência aplicada

33 Cf. ARON, Raymond. *L'opium des intellectuels*. Paris: Gallimard, 1968, p. 222.

34 Acerca do tema das formas de governo na teoria política de Maquiavel, ver especialmente: BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Do mesmo autor, e acerca do mesmo assunto, ver também: BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB, 1984.

35 Cf. BERLIN, Isaiah. La originalidad de Maquiavelo, *op. cit.*, p. 110s.

36 HUME, David. Do estudo da história. In *Ensaios morais, políticos & literários, op. cit.*, p. 786.

para a realização de seus projetos. As novas técnicas de artilharia, cada vez mais utilizadas pelos exércitos modernos, reforçavam tal percepção no espírito do Secretário florentino. Observador realista das complexidades que emergiam em um mundo inteiramente novo, seu discurso político plantou algumas inovações particularmente chocantes ao padrão dos espelhos de príncipes medievais. Por assim dizer, e diferentemente desses velhos manuais de retórica política cristã, seu novo espelho do príncipe colocou a política sobre uma base sólida: a própria realidade. Desse dimensionamento mais objetivo deriva o sentido de suas redescritões morais e/ou flutuações conceituais. A necessidade de atos teatralizados ajuda a compreender as atitudes de Maquiavel diante de certas dimensões da vida como, por exemplo, a experiência religiosa. Decerto que ele não renegava a religião porque, em sua perspectiva secularizadora, avaliava bem a importância estratégica da religiosidade para a condução de rebanhos que, com frequência, podiam mostrar-se desagregadores. Alguns exemplos bíblicos são ilustrativos, como Moisés, a braços com as tribos irrequietas na longa peregrinação. Então, a carência natural de juízo crítico por parte da multidão de fonte de males poderia transformar-se numa verdadeira benção para o governante, porque o construtor do mundo político, ou seja, o príncipe de Maquiavel, não atua tão somente pelo emprego da energia bruta; sua capacidade criadora concentra-se de muito bom grado na arte de manipular ilusões. Assim agindo, Maquiavel faz a teoria política repousar na evidência de que os homens devem aprender a ver o mundo pelas próprias lentes do governante, afinando-se com os seus propósitos.³⁷ Afinal, se a política é de fato criação de força afirmada por ações intrépidas dos grandes homens, também é composta pela representação, que consiste em manipular algumas essências em meio aos enganadores jogos de aparências. Renegar ou contrapor-se a artigos de fé há muito consolidados pela tradição religiosa não era atitude recomendável por um virtuoso das letras históricas e políticas. O motivo é elementar: o fascínio que exercem esses artigos sobre o espírito das massas. E sabemos que, para Maquiavel, Moisés representa o maior dentre todos os grandes líderes da história. Se, de fato, a concepção essencialmente empírica que Maquiavel desenvolveu acerca da política foi bastante hostil ao cristianismo, ela não é antirreligiosa. Contudo, para ser positivo, em sua opinião, o cristianismo deveria ser uma religião cívica, inspiradora do amor pela pátria, como fora o paganismo na Roma antiga.

Desse modo, Maquiavel subordinou os princípios da moral religiosa de seu tempo à política. Esses princípios passaram a ser empregados apenas em certas circunstâncias: na esfera da vida privada ou das atividades sociais. Nesse caso, subordinar não significa exatamente submeter, mas antes “separar” ou “distinguir”, para alcançar um efeito compensador à lógica da razão de Estado por ele formulada. Como afirmado, o autor não submeteu a moral à política. Ele se propôs a identificar as normas objetivas dessa última, e a liberá-la de amarras. Maquiavel ampliou o conceito de *virtù* já utilizado em sua época para exaltar a força e o talento de alguns indivíduos notáveis. Para ele, que sempre

37 Essa análise é desenvolvida por GUNNEL, John. *op. cit.*, p. 109.

se considerou conselheiro dos príncipes,³⁸ a principal preocupação devia ser a de tornar possível a esses ilustres personagens alcançar o que desejassem. Minimizando os males eventuais das ações violentas dos governantes, estimulando seus talentos, enfim, liberando o caminho para o livre curso da realização do bem público por meio de seus conselhos fluidificadores, Maquiavel concebeu-se como uma espécie de arquiteto da ordem política. O realismo de Maquiavel é, portanto, o ponto culminante de uma larga tradição de manuais para monarcas e de descrições de Estados ideais.³⁹ Se, para Maquiavel, o Estado é mesmo “obra de arte do príncipe” (segundo a conhecida expressão de Jacob Burckhardt),⁴⁰ daí advém a admiração devotada aos “canteiros de obras” representados pelos principados ainda em construção, em detrimento dos edifícios já construídos, ou seja, os Estados dinásticos consolidados, como ele expressou notadamente nos primeiros parágrafos de *O Príncipe*.

Por meio de histórias repletas de ações heróicas de grandes personagens históricos ou até mesmo lendários, Maquiavel celebrou o valor intrínseco das ações humanas. Utilizando-se de suas célebres e desconcertantes redescritções morais, o autor de *O Príncipe* transgrediu vigorosamente a tradição cristã do pensamento político. Suas fluidificações conceituais foram responsáveis pela volatilização de noções muito rígidas, que opunham o bem e o mal como esferas incompatíveis e/ou inconciliáveis. Ele as fez refluir à condição de regiões carentes de fronteiras naturais perceptíveis. Aliás, ele insistiu nas interfaces integradoras de tais regiões, até então vistas como zonas de conflito, e estabeleceu nítidas interseções. Ao situar o homem diante de condições controláveis por si mesmo, seu realismo político favoreceu a proliferação de gerações e gerações de vociferantes contestadores, ao passo que seus admiradores e defensores declarados sempre foram infinitamente mais tímidos e mais escassos, pelo temor previsível de uma execração pública imposta pelo padrão moral hegemônico, bastante restritivo ao realismo maquiaveliano. Os homens são predominantemente maus, acreditava Maquiavel, constituindo-se essa diretriz de pensamento numa realista e honesta reação aos moralismos de sua época. Por tal ângulo, o maquiavelismo pode ser representado como a corrente transmissora de uma tensão nova na história da teoria política moderna porque, fundamentalmente, consistiu numa tomada radical de consciência da autonomia do homem em conduzir o curso da história de acordo apenas com a sua própria vontade. Como conselheiro de príncipes, as redescritções morais formuladas por Maquiavel demonstram precisamente isso, tendo sido pensadas e dispostas para inspirar e guiar ações mais livres e eficazes dos governantes. Concluo este breve texto exploratório das flutuações conceituais na história da teoria política moderna com as palavras de nosso maior retórico, célebre autor de curiosas páginas acerca de um maquiavelismo celeste na realização das coisas deste mundo:

38 Cf. SKINNER, Quentin. O conselheiro de príncipes. *In Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

39 Cf. REXROTH Kenneth. *Recordando a los clásicos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 151.

40 Cf. BURCKHARDT, Jacob. O Estado considerado como obra de arte. *In A civilização do Renascimento italiano*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

que historiador houve de tão limpo coração e tão inteiro amador da verdade, que o não inclinasse o respeito, a lisonja, a vingança, o ódio, o amor, ou da sua ou da alheia nação, ou do seu ou de estranho príncipe? Todas as penas nasceram em carne e sangue, e todos na tinta de escrever misturam as cores de seu afeto.⁴¹

41 VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. (Organização de José Carlos Brandi Aleixo). Brasília: Editora da UnB, 2005.